



*Para 2022 não estou vendo nenhuma candidata mulher, nenhum candidato indígena. Enfim, todas essas aparentes diferenças reais são um problema da sociedade brasileira, que não tem dado o mesmo poder e capacidade de oportunidades de uma maneira igual a todos os brasileiros.*

Diz Tasso Jereissati (PSDB-CE) ao ser questionado pela BBC Brasil sobre uma possível dificuldade do PSDB de ampliar a diversidade das lideranças ao apresentar nomes para as eleições de 2022.



XIV EDIÇÃO • 29 DE JUNHO DE 2021 - ANO XXI • www.psdbrmulher.org.br

# Reforma Eleitoral analisada na Câmara pode afetar presença feminina na política

2

*Diminuir cota de gênero e Distritão no processo eleitoral pode representar retrocesso*



Crédito: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

Crédito: Marcelo Camargo/Agência Brasil

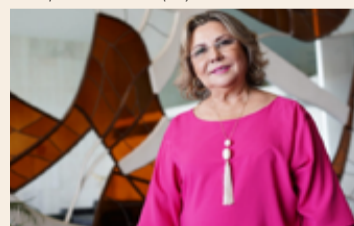


## Editorial

3

As discussões estão abertas com vistas às próximas eleições. É fundamental garantir que a soberania do voto seja exercida de fato e o eleitor representado por toda a diversidade da população. Nós, mulheres, representamos 52% do eleitorado, somando 77.076.395, portanto somos maioria! O nosso lugar é também na política em todas as esferas e o momento é agora.

Crédito: Assessoria de Imprensa da Dep. Tereza Nelma (AL)



## Tereza Nelma

3

A Procuradora da Mulher faz uma análise de pontos negativos da reforma eleitoral, cujos objetivos seriam renovar estratégias para ressuscitar o financiamento privado de campanha, barrar o crescimento da representação feminina e das minorias nos parlamentos, além de eliminar pequenos partidos sem perfil político definido.

Crédito: Polícia Federal/Divulgação



## Feminicídio cresce

4

A pandemia da Covid-19 deixou, além do rastro de mais de 512 mil mortes e milhares de sequelados, um triste saldo: o aumento dos casos de feminicídio em todo país. O isolamento e o trabalho remoto são apontados como fatores que contribuíram para esses números. Uma em cada quatro mulheres com mais de 16 anos foi agredida ao longo de 12 meses.

## Salles cai em meio a denúncias

4

Diante de críticas de ambientalistas brasileiros e estrangeiros, denúncias de exportação ilegal de madeiras, aumento de desmatamento da Amazônia e queimadas, Ricardo Salles pediu demissão do Ministério do Meio Ambiente. No lugar dele assume Joaquim Álvaro Pereira Leite.

## CPI da Pandemia

4

Os depoimentos do deputado Luis Miranda e do irmão, servidor do Ministério da Saúde, levaram as investigações da CPI da Pandemia a um novo patamar, com suspeitas de corrupção na compra bilionária da vacina indiana Covaxin e a eventual omissão do presidente Bolsonaro. Para a oposição, o presidente deve se explicar sob suspeita de prevaricação e descaso com a sociedade brasileira.

## Segurança no trabalho

4

A Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia prepara revisão dos atos normativos que tratam das regras de proteção da saúde e da segurança dos trabalhadores, diminuindo de cerca de 2 mil atos normativos para 15. A iniciativa ocorre no momento em que o Brasil atinge a taxa recorde de 14,7% de desemprego.

# Reforma Eleitoral: distritão, federação de partidos e cotas para mulheres

A Câmara dos Deputados abriu três frentes de discussão sobre a **Reforma Eleitoral**, envolvendo integrantes da sociedade civil, com vistas às eleições de 2022, quando serão escolhidos presidente da República, governadores, senadores e deputados federais e estaduais. A partir destes debates será definido o modelo de voto que será adotado e por qual meio, se apenas eletrônico ou também impresso. Há, ainda, a ameaça de retrocesso nos avanços conquistados pelas mulheres.

A proposta discute que um percentual de 15% de vagas no Legislativo seja reservado para mulheres. No entanto, 15% já é o índice atual de cadeiras do Congresso Nacional que são ocupadas por mulheres. Nas Câmaras de Vereadores do país, esse percentual é de 16%. Se não houver uma reação coletiva considerando tão somente a participação das mulheres, o risco é iminente, alerta a **advogada Luciana Loureiro, assessora jurídica do Secretariado Nacional da Mulher/PSDB e vice-presidente do PSDB-Mulher do DF.**

“[A possibilidade de retirada de direitos] atinge todas nós, independentemente de coração ou bandeira partidária. Isso atinge as mulheres no geral e a gente sabe que uma democracia plena precisa de uma participação igualitária. Nós somos hoje mais de 50% da popu-



Crédito: Michel Jesus/Câmara dos Deputados

lação, mais de 50% do eleitorado, e temos uma participação ainda pequena na Câmara”, disse.

Luciana Loureiro lembrou que, em decorrência da pressão exercida por movimentos de mulheres e parlamentares, foi conquistada na Justiça Eleitoral a cota de 30% para candidaturas femininas nos partidos políticos, além dos 5% do Fundo Partidário reservados para a criação e promoção de programas de participação da mulher na política e o acesso aos 30% do financiamento eleitoral.

Para a **vice-presidente do PSDB-Mulher do DF**, outra discussão que gerará danos é a volta do financiamento privado que pode ser prejudicial não apenas para candidaturas de mulheres, que costumam rece-

ber menos doações de empresas, mas para os índices de corrupção no Brasil.

“Vai ser um retrocesso para o país, e nós vamos ter outros escândalos como o da Lava Jato, na questão da Petrobras e das demais empresas. Só que, dessa vez, parece que no governo em que estamos o combate à corrupção foi deixado de lado”, considerou.

O **líder do PSDB no Senado, Izalci Lucas (DF)**, também criticou alguns dos pontos da PEC em discussão, entre eles a adoção do “distritão” em que são eleitos os candidatos mais votados, sem levar em consideração os votos para o partido ou coligação, e a cota de 15% de vagas para mulheres no Legislativo.

## FEMINICÍDIO

**1 em cada 4 mulheres**

de 16 anos ou mais **foi vítima** de algum tipo de violência nos últimos 12 meses no Brasil



• **17 milhões de mulheres vítimas de violência no último ano**

Clique para ver o levantamento completo

**8 mulheres agredidas**

fisicamente **por minuto** na pandemia



**7 em cada 10 casos** o autor era conhecido



**48,8% na residência**

Metade das violências experimentadas pelas mulheres no último ano ocorreu em casa

**19,9% na rua**



**9,4% no trabalho**



## Expediente

Produção e Redação: Shirley Loiola, Giselle Santos.  
Colaboradora: Renata Giraldi.  
Editoração e Design: Luís Medeiros.

Este jornal faz parte dos produtos da Plataforma Digital PSDB-Mulher 2021.

# Um cenário desacreditado exige mais mulheres na política

A política está desacreditada por não resolver os problemas básicos da população, com a volta da inflação e do desemprego, cujo comportamento dos eleitos traz de volta o horror da corrupção. Para melhorar, é preciso que a população seja representada numa maior igualdade entre homens e mulheres eleitos.

O debate com vistas às próximas eleições está posto, é fundamental garantir que a soberania do voto seja exercida de fato e o eleitor representado por toda a diversidade da população. Nós, mulheres, representamos 52% do eleitorado, somando 77.076.395, se-

gundo dados da Justiça Eleitoral de 2018, portanto somos maioria!

Temos de buscar alternativas para solucionar o desequilíbrio que aparece na disputa eleitoral e no resultado das urnas. O único caminho é a igualdade efetiva de chances. Queremos e devemos ter mais mulheres na política! Há apenas 89 anos, conquistamos o direito de votar e sermos votadas, não podemos mais perder tempo.

Mesmo sendo maioria nas ruas, temos apenas 77 deputadas federais, dos 513 assentos, e sete senadoras dos 81 lugares no Senado. Estamos excluídas também da titularidade na CPI da Pandemia, mas

nem por isso nos calamos. Há uma proposta de Reforma Eleitoral em discussão e temos de garantir nosso espaço, lembrando que somente em 2009, foi chancelada a obrigatoriedade das cotas de gênero.

Em 2018, o Tribunal Superior Eleitoral determinou aos partidos políticos a reserva de pelo menos 30% dos recursos do Fundo Eleitoral para as candidatas. Infelizmente apenas a candidatura não incentiva a participação da mulher, é preciso mais.

O texto da Reforma Eleitoral que tramita na comissão especial propõe a redução da cota de gênero para 15%, uma proposta tímida, inclusive porque já representa

a quantidade de mulheres eleitas. Se mantida assim, a proposta revela-se um retrocesso. É necessário assegurar pelo menos a reserva de 30% já obrigatórios ou, porque não, um maior percentual de cotas para nós, mulheres, e segundo especialistas, o caminho da via legislativa é o adequado para garantir espaço político àqueles grupos geralmente excluídos, nos quais estamos.

Devemos também lutar para que a legislação crie não somente uma cota de candidaturas, como está, mas de espaços assegurados de assentos nas Câmaras e Assembleias, e também nos Poderes Judiciário e Executivo, com mais mulheres, inclusive nos ministérios. O momento é agora!

## Pinga-Fogo

### Universidade Livre Feminista

A **Universidade Livre Feminista** é destinada à educação feminista e popular para o digital em busca de uma relação de consumo de informação e da construção de conhecimento coletivo. Sophia Branco, educadora e pesquisadora na Universidade Livre Feminista, mestre e doutoranda em Sociologia, é uma das entusiastas da proposta. Ela alerta que, na pandemia, houve um aumento dos casos de feminicídio. As discussões ocorrem, sobretudo, nas redes sociais. O **endereço online dos cursos é <https://feminismo.org.br/>**.

### Covid-19 + Doença Mental

Estudo publicado na **revista científica *The Lancet***, após análise de 236.379 pessoas que sobreviveram à Covid-19, constatou que **34% receberam um diagnóstico de doença mental ou neurológica até 6 meses depois da contaminação**. O estudo analisou sintomas e diagnósticos mentais e neurológicos, verificando a incidência de queixas de angústia, ansiedade e estresse, além de tentativas de suicídio. A pesquisa mostrou que quem teve casos mais graves apresentou sequelas de forma mais frequente.

### Vacina & Ciclo Menstrual

As **pesquisadoras norte-americanas** Kathryn Clancy, professora de antropologia da Universidade de Illinois, e Katherine Lee, pesquisadora em saúde pública na Universidade de Washington, **observaram alterações em seus ciclos menstruais após serem vacinadas para a Covid-19**. Mais de 120.000 pessoas responderam à pesquisa. As pesquisadoras ainda não conseguem responder se as mudanças na menstruação têm relação com tipos determinados de vacina. Há relatos de fluxo mais leve ou ausente após a vacina em decorrência do processo de hemostasia, que regula o fluxo sanguíneo. Além de respostas imunológicas, uma série de fatores podem alterar o ciclo menstrual, como atividade física, dieta, sono e estresse.

### Privatização da Eletrobras

Está nas mãos do presidente Jair Bolsonaro a proposta que viabiliza a **desestatização da Eletrobras**, estatal vinculada ao Ministério de Minas e Energia que responde por 30% da energia gerada no país, aprovada no Congresso Nacional. **O modelo prevê a emissão de novas ações a serem vendidas no mercado sem a participação da empresa, resultando na perda do controle acionário de voto mantido atualmente pela União**. Para o ministro da Economia, Paulo Guedes, o texto contraria vários aspectos defendidos pelo governo.

## Reforma eleitoral machista contra mulheres e as minorias?

*\*Por Tereza Nelma*

**N**ão conhecemos ainda, pelo menos oficialmente, o produto que está sendo forjado por uma comissão especial, indicada pelo presidente da Câmara dos Deputados, para tratar da “reforma política”. Mas algumas fagulhas que escapam indicam que o objetivo maior seria renovar estratégias para ressuscitar o financiamento de campanha por empresários, bloquear o acesso a cargos eleitorais pelas minorias, barrar o crescimento da representação feminina nos parlamentos, além de eliminar pequenos partidos sem perfil político definido. Essas tentativas são velhas, vêm desde a época da ronca, quando queriam enfiar todas as tendências sócio-políticas em duas siglas, ambas “autorizadas” por poderes ditatoriais.

O ponto dessa unidade conservadora seria destruir os mandamentos constitucionais de pluralidade e respeito às minorias na composição dos parlamentos. Talvez por isso enfiaram na Comissão, sem consultar a bancada feminina, uma deputada que se manifesta contra as posições históricas das mulheres, está passando da hora de reagirmos.

Entre os pretextos para arrochar o conservadorismo está o de combater as “negociatas” das pequenas siglas, como se o fenômeno não se manifestasse, em escala maior, nas grandes “coligações” ou implantar a velharia do voto impresso...

Na última eleição municipal, foram eliminadas as coligações proporcionais, e valorizado o voto de legenda. Mas o modelo que transformou em cobaia a eleição para vereador, não é nem cogitado para as próximas eleições. Os que desejam preservar o próprio mandato tentam impor medidas para garantir a reeleição, independente das mudanças sociais.

Há modelos autoritários, um deles, que não é praticado em nenhum país democrático, é o tal “distritão”. É a cereja do bolo dos caciques e conservadores, que até o Japão eliminou ainda no século passado. Se este modelo for aprovado, as concepções machistas estarão dando uma banana para a representação das minorias e das mulheres.



Crédito: Alessandro Loyola

Já conseguimos avançar quase um terço nessa corrida de obstáculos. Agora querem impor um retrocesso para 10%.

Até agora não vi nenhuma proposta para reduzir o papel do poder econômico nas eleições, aumentar a representatividade e a legitimidade na formação dos parlamentos. A proposta de distritão e suas variações é inaceitável. Ela representa uma aliança de caciques partidários com os pequenos partidos, que poderão gastar como quiser os recursos do Fundo Eleitoral, não sendo obrigados a formar chapas de candidatos. Sem contar que terão garantida uma sobrevida extra eleição.

Certamente tudo isso vai sobrepor a lógica individual à coletiva e partidária. Ao estabelecer que se elegem os mais votados, encarece as campanhas de valorização personalista em detrimento dos debates de programas de solução dos problemas sociais. Todos sabem que uma eleição majoritária é muito mais cara do que uma eleição proporcional.

Vai alargar, ainda, os caminhos para o caixa dois e desprezar os partidos políticos. Ao lado do distritão existem pressões para a volta do financiamento empresarial de candidaturas. Tudo para evitar mudanças e renovação.

Essas ditas reformas obrigaram a rever o horário eleitoral, sem contar a redução, que alguns especialistas calculam em até 800%. As mulheres seriam varridas do mapa. É pouco?

**\*É psicóloga, deputada federal pelo PSDB de Alagoas e procuradora da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados.**

## Suspeitas de corrupção na compra da Covaxin mudam investigações



A **CPI da Pandemia** teve uma reviravolta com a denúncia de corrupção e desvios de conduta envolvendo o presidente da República na compra da vacina indiana Covaxin, após os depoimentos dos irmãos o deputado federal Luis Miranda (DEM-DF) e o servidor do Ministério da Saúde Luis Ricardo Miranda. Antes, a comissão debatia ações em torno do negacionismo e da negligência do governo federal no combate ao coronavírus, com a defesa de medicamentos sem eficácia e a demora na aquisição de vacinas.

Em meio a uma sessão tumultuada marcada por ânimos exaltados, especialmente na ala governista, Miranda admitiu que, ao levar as denúncias de irregularidades ao presidente Jair Bolsonaro, ele citou nominalmente o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), por seu eventual envolvimento no esquema. O deputado nega.

## Salles sai do governo sob suspeitas de irregularidades

Em meio ao **desmatamento recorde da Amazônia que atingiu 778 km<sup>2</sup> em abril**, de acordo com levantamento do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), e denúncias de suspeitas de exportação ilegal de madeira, **Ricardo Salles pediu demissão do Ministério do Meio Ambiente**, no último dia 22. Para substituí-lo foi escolhido **Joaquim Álvaro Pereira Leite**, que já faz parte da equipe do ministério. Especialistas afirmam que a política ambiental vai ser mantida sem alterações, seguindo as orientações do Palácio do Planalto, gerando polêmicas e controvérsias das organizações não-governamentais.

## Governo revê regras de proteção da saúde e da segurança de trabalhadores

A **Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia** prepara uma **nova revisão dos atos normativos que tratam das regras de proteção da saúde e da segurança dos trabalhadores**. A alteração deve atingir aproximadamente 2 mil atos normativos que serão reduzidos a 15.

A iniciativa ocorreu no momento em que o Brasil atingiu a taxa de desemprego recorde de 14,7% no 1º trimestre de 2021, chegando a 14,8 milhões de pessoas. **A taxa de desocupação entre as mulheres foi 46,7% maior que a dos homens nos três primeiros meses de 2021.**

Em revisão as normas regulamentadoras (NRs), disposições complementares da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que definem obrigações, direitos e deveres cumpridos por empregadores e trabalhadores com o objetivo de garantir trabalho seguro e sadio, prevenindo a ocorrência de doenças e acidentes de trabalho.

Paralelamente, há estudos para incluir novas formas de contratação, estabelecendo flexibilizações na legislação trabalhista para aumentar a formalização de trabalhadores. Há, ainda, a proposta de o governo pagar R\$ 300 e as empresas repassarem o mesmo valor para qualificar profissionais com custos trabalhistas reduzidos.

# Feminicídio eclode durante a pandemia da Covid-19

A pandemia da Covid-19 deixou, além do rastro de mais de 500 mil mortes, um triste saldo: **o aumento dos casos de feminicídio**. Uma em cada quatro mulheres com mais de 16 anos foi agredida ao longo de 12 meses. Pesquisa realizada pelo **Fórum Brasileiro de Segurança Pública** ouviu 2.079 homens e mulheres, no período de 10 a 14 de maio de 2021, em 130 municípios.

Pelos dados, mais de 17 milhões de mulheres (24,4%) sofreram violência física, psicológica ou sexual no último ano. O estudo indicou que caiu violência na rua, de 29% para 19% em comparação à pesquisa anterior de 2019, e aumentaram agressões dentro de casa, de 42% para 48,8%.

A **Secretária Municipal de Cidadania, Direitos Humanos e Trabalho de Vitória, Neuzinha de Oliveira (PSDB-ES)**, lamentou em suas redes sociais a necessidade de uma legislação específica de combate aos diversos tipos de violência de gênero.

*“Que pena que, no Brasil, tem que ter uma Lei no combate à violência contra a mulher. Pena ter que ter uma Lei para que os homens entendam que não podem, não devem, agredir uma mulher”, disse.*

Para a tucana, o investimento em campanhas de conscientização sobre a violência contra a mulher é uma política pública necessária para diminuir o número de casos registrados em todo o país.



*“Como combater isso? Com educação de qualidade para acabar com essa cultura machista”, constatou.*

No Distrito Federal, casos recentes de feminicídio chocaram os moradores. O funcionário público Osmar de Sousa Silva, de 36 anos, atirou à queima roupa con-

tra a ex-mulher Thais Silva Campos, 27 anos, em frente de casa. A jovem deixou dois filhos.

**De acordo com a pesquisa, aumentou a participação de companheiros, namorados e ex-parceiros nas agressões. Em 2021, o chamado vizinho, que em 2019 ficou em segundo lugar**

**como autor das agressões (21%), neste ano sumiu das respostas.**

Com 44 páginas, o estudo reúne os perfis das vítimas e dos agressores. A pesquisa está no endereço: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>.